

Demonstrações Contábeis

**PPLA Participations Ltd. (anteriormente
denominada BTG Participations Ltd.)**

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

PPLA Participations Ltd.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório de revisão do auditor independente	3
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	13

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Aos

Administradores e Acionistas da

PPLA Participations Ltd. (anteriormente denominada BTG Participations Ltd.)

São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **PPLA Participations Ltd. (anteriormente denominada BTG Participations Ltd.) (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PPLA Participations Ltd. (anteriormente denominada BTG Participations Ltd.)** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração de valor justo de instrumentos financeiros e derivativos complexos e ilíquidos

A Companhia possui em seu portfólio de investimentos, instrumentos financeiros e derivativos complexos e ilíquidos, os quais são precificados e registrados ao seu valor justo. A mensuração desses instrumentos financeiros a valor justo requer da Administração a utilização de modelos de precificação e premissas subjetivas, como a utilização de inputs de informações tais como fluxo de caixa esperado, taxa livre de risco e spread de risco de crédito, dentre outros. Devido à natureza desses instrumentos financeiros, e considerando a complexidade e subjetividade em suas metodologias de precificação, consideramos a mensuração dos instrumentos financeiros e derivativos complexos e ilíquidos como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão dos trabalhos de especialistas envolvidos na precificação de instrumentos financeiros e derivativos complexos e ilíquidos para nos ajudar na avaliação das metodologias de precificação e premissas consideradas pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos complexos e ilíquidos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e derivativos complexos e ilíquidos, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia na nota explicativa nº 5 das demonstrações contábeis.

Transações com partes relacionadas

A Companhia é parte integrante de uma estrutura organizacional com diversos veículos legais, no Brasil e no exterior, e realiza dentro do âmbito de suas operações, transações com essas partes relacionadas. Devido ao grande número de partes relacionadas, ao volume transacionado e ao risco inerente associado a estas transações, consideramos as transações com partes relacionadas como um dos principais assuntos de auditoria.

Transações com partes relacionadas--Continuação

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do entendimento das políticas e procedimentos que a Companhia possui para identificar e mapear as transações com partes relacionadas, além da obtenção de representação formal por parte da Administração, a respeito da identificação de todas as partes relacionadas a Companhia. Testamos, de forma amostral, as transações com partes relacionadas, bem como a eliminação de seus efeitos, quando aplicáveis, nas demonstrações contábeis da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação das transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e critérios adotados pela administração na identificação e reconhecimento das transações com partes relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da PPLA Participations Ltd. (anteriormente denominada BTG Participations Ltd.), cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 14 de fevereiro de 2017, sem modificação.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

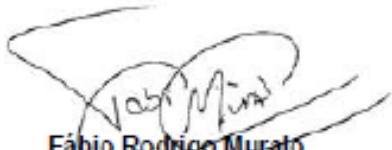
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2018.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Rodrigo Murato
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

PPLA Participations Ltd.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa		-	107
Portfólio de entidade de investimento	5	159.698	722.527
Total do ativo		159.698	722.634
Patrimônio líquido			
Capital social e prêmio de emissão	6	1.504.802	1.504.802
Ações em tesouraria	1, 6b	(2.954)	(17.991)
Outros resultados abrangentes		417.388	418.648
Prejuízos acumulados		(1.759.538)	(1.182.825)
Total do patrimônio líquido		159.698	722.634
Total do passivo e patrimônio líquido		159.698	722.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PPLA Participations Ltd.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto o lucro / (prejuízo) por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ganho / (perda) com portfólio de investimento, mensurado ao valor justo	8	(531.952)	108.287
Outras receitas / (despesas) operacionais	9	-	239
Resultado operacional		(531.952)	108.526
Despesas administrativas	10	(105)	(182)
Outras despesas	9	(1)	-
Lucro / (prejuízo) do exercício		(532.058)	108.344
Lucro / (prejuízo) atribuído aos acionistas:			
Controladores		(532.058)	108.344
Lucro/(prejuízo) por ação (básico e diluído em R\$)	7	(1,29)	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PPLA Participations Ltd.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	(532.058)	108.344
Outros resultados abrangentes sem reclassificação para resultado:		
Ajustes acumulados de conversão	(1.261)	(177.745)
Total do resultado abrangente	<u>(533.319)</u>	<u>(69.401)</u>
Resultado abrangente atribuído aos acionistas:		
Controladores	(533.319)	(69.401)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PPLA Participations Ltd.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social e prêmio de emissão	Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015		1.328.880	600.930	(32.665)	(1.173.856)	723.289
Aumento de capital	6	175.922	-	-	-	175.922
Aquisição / (alienação) de ações em tesouraria	1, 6	-	-	(107.176)	-	(107.176)
Cancelamento de ações em tesouraria	1, 6b	-	-	117.314	(117.314)	-
Lucro do exercício		-	-	-	108.344	108.344
Ajustes acumulados de conversão		-	(182.281)	4.536	-	(177.745)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.504.802	418.649	(17.991)	(1.182.826)	722.634
Recompra de ações em tesouraria	1, 6	-	-	(29.617)	-	(29.617)
Cancelamento de ações em tesouraria	1, 6b	-	-	44.654	(44.654)	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(532.058)	(532.058)
Ajustes acumulados de conversão		-	(1.261)	-	-	(1.261)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.504.802	417.388	(2.954)	(1.759.538)	159.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PPLA Participations Ltd.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>(Reapresentado) 31/12/2016</u>
Atividades operacionais		
Lucro / (prejuízo) do exercício	(532.058)	108.344
Ajustes ao lucro / (prejuízo) do exercício (Ganho) / perda com portfólio de investimento, mensurado ao valor justo	531.952	(108.287)
Lucro / (prejuízo) ajustado do exercício	<u>(106)</u>	<u>57</u>
(Aumento) / redução líquido nos ativos operacionais		
Portfólio de entidade de investimento	29.616	(16.668)
Valores a pagar de corretoras	-	(540)
Caixa líquido gerado / (usado) nas atividades operacionais	<u>29.510</u>	<u>(17.151)</u>
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	124.434
Alienação de ações em tesouraria	(29.617)	(107.176)
Caixa líquido (aplicado) / gerado nas atividades de financiamento	<u>(29.617)</u>	<u>17.258</u>
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(107)</u>	<u>107</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	107	-
No fim do exercício	-	107
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(107)</u>	<u>107</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A PPLA Participations Ltd (“PPLA Participations” ou “Companhia”), foi constituída como uma sociedade de responsabilidade limitada isenta de tributos nos termos da lei Societária das Ilhas Bermudas em 26 de março de 2010. Em 29 de dezembro de 2010, a autoridade monetária de Bermudas aprovou a constituição da Companhia. A sede da Companhia localiza-se em Clarendon House, 2 Church Street, HM 11, Hamilton, Bermudas.

A Companhia possui isenção de todas as formas de tributação em Bermudas até 31 de março de 2035, incluindo os rendimentos, ganhos de capital e impostos retidos na fonte. Em outras jurisdições fora de Bermudas, alguns impostos estrangeiros serão retidos na fonte sobre os dividendos e juros recebidos pela Companhia.

Em agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia alterou a denominação social da BTG Participations Ltd. para a PPLA Participations Ltd., com o intuito de tornar mais claro o entendimento dos investidores em relação às *units* BPAC11 (Banco BTG Pactual S.A.) e *units* BBTG12 (PPLA Participations, atualmente PPLA11) no contexto da segregação realizada em 21 de agosto de 2017.

A PPLA Participations possui *units* listadas na NYSE Euronext em Amsterdã e na B3 em São Paulo. Cada *unit* emitida corresponde a 1 ação classe A e 2 ações classe B da PPLA Participations Ltd.. Todas *units* listadas e negociadas em Amsterdã são integralmente conversíveis em *units* no Brasil.

A Companhia detém a totalidade do capital social da BTG Bermuda LP Holdco Ltd. (“BTG Holdco”) que, em 29 de dezembro de 2010 recebeu em transferência da BTG Pactual Management Ltd. uma ação Ordinária Classe C, tornando-se sócia gestora da PPLA Investments LP. (“PPLA Investments”) anteriormente denominada BTG Investments LP. Como resultado dessa mudança societária, a Companhia passou a governar as políticas operacionais e financeiras da PPLA Investments.

A PPLA Investments é uma companhia formada em 2008 com o propósito de investimentos de capital numa ampla variedade de instrumentos financeiros, incluindo investimentos em *Merchant Banking* no Brasil e no exterior, e uma variedade de investimentos financeiros em mercados globais.

A área de *Asset Management* do BTG Pactual administra os ativos da PPLA Investments, recebendo taxas em condições normais de mercado.

Comitê Especial

Em 4 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração formou o Comitê Especial, constituído principalmente por membros independentes/não-executivos do Banco BTG Pactual S.A. (“Banco” ou “BTG Pactual”), para supervisionar e conduzir uma investigação interna relacionada à prisão do Sr. André Santos Esteves. O Comitê Especial contratou as firmas de advocacia independentes Quinn Emanuel Urquhart & Sullivan, LLP e Veirano Advogados (em conjunto, “Conselheiros Legais”) para conduzir a investigação. O Conselho de Administração não impôs limites à autoridade do Comitê Especial e dos Conselheiros Legais para requerer total cooperação do Grupo, sua Administração e seus empregados, além de acesso total às informações requeridas no contexto da investigação.

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Em 7 de abril de 2016, o Comitê Especial, auxiliado por seus advogados concluiu sua investigação e emitiu seu relatório final. Com base em sua investigação, os Conselheiros Legais não encontraram fundamentação alguma para concluir que Sr. André Santos Esteves, o BTG Pactual ou seus empregados que foram objeto dessa investigação estiveram envolvidos em qualquer atividade ilícita ou crime de corrupção em relação às supostas questões. Adicionalmente, em abril de 2016, o Supremo Tribunal Federal autorizou o retorno ao BTG Pactual do Sr. André Santos Esteves que tem atuado como Acionista Sênior (*Senior Partner*), sem função executiva.

Programa de Recompra de *units*

Em 25 de novembro de 2015 o Conselho de Administração anunciou seu programa de Recompra de *units*. Desde o início do programa, 92.742.230 *units* foram recompradas no valor total de R\$1.260.754 e 86.530.430 *units* foram canceladas no valor total de R\$1.174.199. Em 31 de dezembro de 2017, 2.070.600 (31 de dezembro de 2016: 5.896.900) *units* encontravam-se em tesouraria.

Novo Programa de *units*

Em 14 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração aprovou dois novos programas de *units*, que poderão ser negociadas na B3 S.A., compostos exclusivamente por valores mobiliários de cada uma das Companhias sendo: (i) *units* a serem negociadas sob o ticker BPAC11, compostos por uma ação ordinária e duas preferenciais Classe A de emissão do Banco e (ii) *units* a serem negociadas sob o ticker PPLA11, compostas por um *Brazilian Depositary Receipt* (“BDR”) representativo de uma ação classe A e dois BDR’s representativos, cada, de uma ação classe B, de emissão da PPLA Participations.

Reorganizações societárias

Em 8 de abril de 2016 o Banco decidiu implementar a segregação de suas atividades de *trading* de *commodities* (com a exceção das atividades desenvolvidas pela mesa de *trading* de energia do Brasil) da estrutura operacional do BTG Pactual, e reunir a Plataforma de Commodities em uma nova companhia sediada em Luxemburgo denominada Engelhart Commodities Trading Partners (“Engelhart CTP”). A Plataforma de Commodities funciona de forma separada do BTG Pactual e com poucos serviços administrativos e operacionais a serem prestados pelo BTG Pactual, regulados contratualmente em bases comutativas e de acordo com as práticas de mercado, incluindo contratos de compartilhamento de custos e infraestrutura, até que tais serviços sejam integralmente absorvidos pela Engelhart CTP. A Engelhart CTP terá a opção de adquirir a participação remanescente, detida pelo Banco, no prazo de cinco anos após a segregação, com o preço vinculado ao seu patrimônio.

Como consequência da transação descrita acima, o grupo BTG Pactual realizou a emissão de novas *units*, o que acarretou na emissão de ações adicionais pela PPLA Participations, conforme descrito na nota 6.

Aquisições e vendas

Em 31 de dezembro de 2017 em virtude da situação financeira da Brasil Pharma S.A (“BR Pharma”) e do recente pedido de recuperação judicial realizado pela mesma, foi apurado um *impairment* adicional nos créditos detidos junto a esta empresa no valor de R\$ 453 milhões. A Administração da Companhia segue monitorando o processo de reestruturação da entidade, a probabilidade de êxito e sua continuidade operacional, além da consequente capacidade de recebimento dos valores ativados.

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2016, a subsidiária BTGI Investimentos Florestais S.A. realizou um aumento de capital integralmente subscrito pelo Fundo de Investimento em Participações Development Fund Warehouse. Em decorrência desse aumento, a BTGI Investimentos Florestais S.A. adquiriu o equivalente a 26,67% da Timber XI SPE S.A. pelo valor de aproximadamente R\$8,27 milhões.

Em 29 de julho de 2016, a Companhia, por meio da sua subsidiária BTG Pactual Brazil Infrastructure Fund II LP, vendeu a sua participação na Latin America Power Holding B.V para BTGPH Corp Hedge Fund, controlado pelo BTG Pactual International Portfólio Fund II SPC por US\$60.454 (equivalente a R\$190.810 no momento da transação), via transferência de ações ao valor de custo sem ganhos ou perdas registradas.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia, por meio da sua subsidiária BTG Equity Investments LLC, vendeu a sua participação na ADS – Advanced Disposal Service para BTGPH Corp Hedge Fund, controlado pelo BTG Pactual International Portfólio Fund II SPC por aproximadamente US\$94.347 (equivalente a R\$302.835 no momento da transação), via transferência de ações ao valor de custo sem ganhos ou perdas registradas.

Em 12 de abril de 2016, PPLA Investments celebrou, juntamente com o BTG Pactual Principal Investments FIP, contratos por meio do qual se comprometeram a alienar a totalidade de suas ações na União de Lojas Leader S.A. (“Leader”) e com isso, o BTG deixa de ter influência na gestão da companhia. Adicionalmente, até a data de emissão das demonstrações contábeis, a PPLA Investments, através de uma subsidiária, possuía, entre outros compromissos, créditos, no montante de R\$1.162 milhões, decorrentes da absorção de passivos da Leader no processo de reestruturação das suas dívidas. A alienação da União de Lojas Leader S.A. foi concluída em 28 de julho de 2016. O preço de venda das ações é um valor simbólico e o recebimento de créditos se dará por meio da geração de caixa oriunda da Leader, incluindo decorrente de sua eventual alienação pelos atuais controladores.

Em 21 de março de 2016, a A.Z.P.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., subsidiária da PPLA Investments, celebrou um contrato de compra e venda de ações com a Gaia Ambiental Empreendimentos S.A, na qual ela se compromete a alienar a totalidade das ações que detém na CDR Pedreira por aproximadamente R\$258 milhões, ao valor de custo sem ganhos ou perdas registradas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board - IASB*).

As práticas contábeis descritas na nota 3 foram aplicadas consistentemente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, na exceção da adoção do *International Financial Reporting Standard 10* Demonstrações Financeiras Consolidadas – Entidades de Investimento (Alteração), conforme descrito nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e os impactos da adoção do IFRS 9, descritos abaixo.

a. Adoção antecipada do IFRS 9 – Ativos Financeiros

A Companhia decidiu realizar a adoção antecipada e prospectiva do IFRS 9 – Ativos Financeiros, com data inicial de aplicação em 1 de janeiro de 2016 a fim de reduzir a complexidade de suas

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

demonstrações contábeis, a volatilidade dos ganhos e perdas de valor justo dos seus ativos financeiros nas demonstrações do resultado, e antecipar os efeitos da norma que passará a ser obrigatória em 1 de janeiro de 2018. O IFRS 9 estabelece novas regras na classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, na metodologia da redução ao valor recuperável relacionado ao risco de crédito de ativos financeiros, e no tratamento do *hedge* contábil. Em decorrência da adoção antecipada do IFRS 9 sem adotar a opção de valor justo ou *hedge* contábil, a Companhia classificou seus ativos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes com ou sem reciclagem, ou ao custo amortizado. As características do IFRS 9 estão descritas com mais detalhes nas Principais práticas contábeis.

b. Aplicação e julgamentos significativos

A preparação destas demonstrações contábeis, de acordo com o IFRS, requer que a Administração faça estimativas e premissas que podem afetar os saldos reportados dos ativos e passivos na data das demonstrações contábeis, assim como os montantes reportados de receitas e despesas durante o exercício. Os julgamentos são relevantes na determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros, provisões para créditos e outros créditos, provisões para recuperação de ativos não-financeiros, realização de ativos e passivos fiscais diferidos e na avaliação da necessidade de provisões para passivos contingentes. As estimativas são baseadas na experiência histórica e vários outros fatores que a Administração acredita serem razoáveis segundo as circunstâncias. Os resultados reais poderão diferir dessas estimativas.

Informações relacionadas ao julgamento adotado na aplicação das práticas contábeis com efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis interinas foram incluídas na Nota 3, especificamente no que diz respeito à classificação de ativos financeiros, à determinação do modelo de negócios segundo o qual os ativos são administrados além da determinação de quando os termos contratuais de um ativo financeiro são exclusivos para pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto na data.

c. Pronunciamentos do IFRS revisados

Os seguintes pronunciamentos foram adotados no exercício 31 de dezembro de 2017:

- **Atualizações anuais**

As “Melhorias anuais do IFRS” para o ciclo anual de melhoria 2012-14 foram emitidas em 25 de setembro de 2014 e as adoções são requeridas a partir de 1 de janeiro de 2016.

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A Companhia avaliou os impactos e concluiu que as alterações não tenham impacto significativo em suas demonstrações contábeis.

- **IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre investidor, operações controladas em conjunto e coligadas**

“Venda ou contribuição de ativos entre investidor, operações controladas em conjunto e coligadas” traz alterações ao IFRS 10 e IAS 28, para esclarecer o tratamento que deve ser atribuído à venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas operações controladas em conjunto e coligadas, conforme a seguir: (i) as emendas requerem um reconhecimento total na demonstração do resultado da investidora de ganhos ou perdas provenientes da venda ou contribuição de ativos que constitui uma combinação de negócios (conforme definido no IFRS 3), (ii) requerem um reconhecimento parcial do ganho ou perda, quando o ativo não se constitui como um negócio.

Essas mudanças são aplicáveis independentemente da forma legal da transação, por exemplo, se a venda ou contribuição do ativo ocorreu por um investidor transferindo ações em uma subsidiária que detém o ativo (resultando em uma perda de controle da subsidiária), ou pela venda direta do ativo.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes: O pronunciamento substitui a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Não foram identificados impactos significativos na adoção desta norma até o presente momento. Conforme apresentado na definição de escopo do IFRS 15, a norma não se aplica a instrumentos financeiros, outros direitos e obrigações no escopo do IFRS 9 (Instrumentos Financeiros), além do IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas). Desse modo, tendo em vista que os IFRS 9 e 10 foram adotados pela PPLA Investments durante os exercícios 2015 e 2016, não são esperados impactos de adoção da norma na data de divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios que serão iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

d. Reapresentação das demonstrações dos fluxos de caixa

Visando o aprimoramento da demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi efetuada a reclassificação da rubrica “Ajustes de conversão” no montante de R\$ 177.745 mil, percentence ao grupo de “Ajustes ao lucro / (prejuízo) do exercício”, para a rubrica denominada “Portfólio de entidade de investimento” pertencente ao grupo de “Aumento / (redução) líquido nos ativos operacionais”, sendo ambos percentences as Atividades Operacionais da Companhia.

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 06 de março de 2018, e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da evolução e resultados da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

a. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS requer que a administração faça estimativas e premissas que podem afetar os saldos reportados dos ativos e passivos e a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, assim como os montantes reportados de receitas e despesas durante o exercício. As estimativas são baseadas na experiência histórica e vários outros fatores que a Administração acredita serem razoáveis segundo as circunstâncias, os resultados que formam a base para os julgamentos sobre valores contábeis de ativos e passivos, os quais não são determinados através de outras fontes. Os resultados reais poderão diferir dessas estimativas.

b. Moeda funcional e de apresentação

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional da Companhia é o dólar norte-americano, uma vez que a maioria das transações dos negócios da Companhia são nesta moeda. A moeda funcional das controladas é geralmente a moeda do país em que estão inseridas.

Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras das controladas, cuja moeda funcional é diferente da adotada pela Companhia, são convertidas para moeda funcional da Controladora utilizando os critérios definidos no IAS 21.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas que não sejam o dólar norte-americano são convertidos para dólar norte-americano às taxas de câmbio de fechamento em cada final de período. As transações não monetárias de ativos e passivos são convertidas pela taxa histórica. As transações durante o encerramento do exercício, incluindo compras e vendas de títulos, receitas e despesas, são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e as perdas em transações em moeda estrangeira são incluídos em ganhos cambiais líquidos na demonstração do resultado abrangente.

Moeda de apresentação

Esta demonstração financeira está sendo apresentada usando o Real como moeda de apresentação exclusivamente para atender aos requerimentos específicos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador brasileiro.

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A conversão da moeda funcional dólares norte-americanos para Reais (moeda de apresentação) foi efetuada considerando a metodologia prevista no IAS 21 – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras que são resumidas a seguir:

- As contas de ativo e passivo foram convertidas pela taxa de câmbio de fechamento de cada balanço patrimonial. As contas de resultado foram convertidas usando a taxa média mensal.
- Em relação aos saldos de patrimônio de cada período para os quais o IAS 21 não estabelece uma metodologia de conversão, a Companhia optou por converter os saldos pela taxa de câmbio de fechamento de cada balanço patrimonial, e outros movimentos no patrimônio líquido foram convertidos pela taxa média mensal, exceto aqueles que correspondem a transações específicas com os acionistas que foram convertidas pela taxa de câmbio da data da transação.
- Para a elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia utilizou a taxa média anual para a conversão dos saldos de variações de ativos e passivos dos itens dos fluxos operacionais. Para as demais transações, foram utilizados a taxa histórica das transações. Todas as diferenças de conversão resultantes foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido dentro da conta “Ajuste acumulado de conversão”.

c. Disponibilidades

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

d. Reconhecimento de receitas e despesas

Receita líquida com instrumentos financeiros

Resultados que surgem de atividade de negociação incluem todos os ganhos e perdas das variações no valor justo e a receita ou despesa de juros e dividendos de ativos e passivos financeiros para negociação.

Receita (Despesa) de juros

A receita (despesa) de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os juros de instrumentos financeiros avaliados a valor justo no resultado são registrados em “Resultado líquido com ativos financeiros para negociação”.

Receita de dividendos

Para investimentos classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda, a receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

Os dividendos de instrumentos financeiros classificados como mantidos para negociação, são registrados no resultado em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”, e os

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

dividendos recebidos em investimentos classificados como disponíveis para venda são classificados em “Resultado líquido com ativos financeiros disponíveis para venda”

e. Instrumentos financeiros

Essa seção descreve as práticas contábeis decorrentes da adoção antecipada do IFRS 9.

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos ou passivos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido além do seu fluxo de caixa contratual. Em decorrência da adoção antecipada do IFRS 9 sem eleger a opção de valor justo, a Companhia passou a classificar seus instrumentos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com ou sem reciclagem, ou ao custo amortizado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações no valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Estão incluídos nessa classificação: instrumentos de dívida, ações, posições vendidas que tenham sido adquiridos especialmente com a finalidade de negociação no curto prazo.

Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente:

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

- A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou
- Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou
- O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em “Resultado líquido com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida:

Participações societárias

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer uma escolha irrevogável por reconhecer em Outros resultados abrangentes as variações no valor justo de participações que não estão mantidos para negociação, nem recebível contingente por parte de um adquirente no caso de uma combinação de negócios, conforme previsto no IFRS 3. Como consequência da opção acima descrita, apenas a remuneração proveniente de dividendos que não representa claramente uma recuperação de parte do custo de investimento é reconhecido no resultado, e qualquer outro ganho ou perda (incluindo aqueles vinculados à variação cambial) é reconhecido nos outros resultados abrangentes. Esses ganhos e perdas permanecem no patrimônio e não podem ser reclassificados para o resultado, mesmo em evento de baixa do ativo. Após a baixa do ativo, a Companhia pode reclassificar o ganho/(perda) acumulado dos outros resultados abrangentes para os lucros ou prejuízos acumulados.

Instrumentos de dívida

Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizados são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizados, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado, como “Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes”.

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo:

- Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e;
- Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros.

Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender classificado nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Companhia não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

Reclassificações

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no exercício posterior a mudança de modelo de negócio utilizado pela Companhia para administrar seus ativos financeiros.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme o IFRS 9, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Companhia deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas num exercício de 12 meses e reconhecer essas mesmas como provisão, apesar de nenhuma perda efetiva ter se materializada ainda. Essa regra conduz a uma mudança de conceito concomitante à adoção do IFRS 9, que passa a apresentar um modelo de perdas esperadas enquanto um modelo de perdas incorridas era usado no IAS 39.

Se a Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes.

Mensuração

Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimento e são mensuradas conforme a seguir:

- Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo a diferença entre

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

o fluxo de caixa devido a entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a companhia espera receber);

- Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro;
- Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido a companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a companhia espera receber; e
- Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a companhia espera recuperar.

Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros.

As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são:

- a baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício prorrogado;
- o não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal;
- a deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional;
- o descumprimento de *covenants*;
- a mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e
- a liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador.

Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, essas mesmas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado como “perdas acumuladas por redução ao valor recuperável”. Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado.

A Companhia deve baixar o valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles.

f. Avaliação do portfólio da entidade de investimento:

O portfólio de uma entidade de investimento está a valor justo com suas respectivas oscilações transitando pelo resultado. O investimento mantido pela BTG Holdco (por meio da BTGI) estão

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

definidos como investimentos subjacentes. Estes investimentos correspondem substancialmente ao investimento no *GEMM* e *Merchant Banking*, que são geralmente feito diretamente ou através de investimentos em fundos de participação. Os investimentos do *Merchant Banking* representam participação acionária ou investimento com risco e retorno característicos de títulos patrimoniais. A Companhia pode ajustar tais valores se, na sua visão, os valores não refletirem o preço, o qual seria pago em um mercado aberto e irrestrito entre partes informadas e prudentes, não agindo de forma compulsiva.

O portfólio da entidade de investimento é mensurado segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1 : Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um *input*, que possa ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando *inputs* podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este *input* é utilizado. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para a entrada do *input*. Os modelos de precificação são desenvolvidos internamente e são revisados pela equipe responsável, que é independente das áreas geradoras de receita, eles são atualizados quando existir evidência de eventos que possam ter afetado a precificação dos ativos. O portfólio da entidade de investimento inclui participação em fundos de *private equity* oriundos principalmente das nossas atividades de *Merchant Banking* e Derivativos *OTC* cujas precificações dependem de *inputs* não observáveis. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no reconhecimento inicial de um instrumento financeiro precificado com técnicas que incorporam dados não observáveis.

Ativo	Premissas de avaliação do Nível 3	
	Técnica de precificação	Principais premissas
Fundos de <i>private equity</i> (investimentos sem cotação)	Preço de investimentos recentes; modelos baseados em fluxo de caixa descontado ou ganhos, transações de mercado (<i>M&A</i>) avaliação por múltiplos.	Crescimento de receita e mercado, expectativa de alavancagem e rentabilidade, taxas de desconto, pressupostos macro econômicos tal como inflação e taxas de câmbio, riscos e prêmios incluindo mercado, tamanho e prêmio de risco do país.
Derivativos	Modelos padrões e preços sugeridos	Probabilidade de inadimplência e de recuperação

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo.

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

g. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Valores a receber/a pagar a corretoras

Os valores a receber de/a pagar a corretoras incluem negociações pendentes de liquidação e valores de caixa mantidos junto a/devidos a corretoras e outras contrapartes da Companhia.

Após a mensuração inicial, os valores a receber/a pagar a corretoras serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, líquido da provisão para perdas com redução ao valor recuperável.

i. Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como resultado de um evento passado e que seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser mensurada. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

O reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais ocorrem de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências Ativas - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências Passivas - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados com perda remota não requerem provisão e divulgação.

j. Destinação de resultado

Os dividendos são classificados como passivo, quando forem declarados pela diretoria e aprovados pela assembleia geral extraordinária/ordinária.

k. Informações por segmento

O IFRS 8 determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A administração acredita que a

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Companhia possui apenas um segmento que está relacionado com o conjunto de atividades do banco de investimentos e, portanto, nenhuma informação por segmento é divulgada.

I. Investidas

A tabela abaixo apresenta a participação direta e indireta da Companhia em suas investidas:

	País	Participação acionária - %	
		31/12/2017	31/12/2016
Diretas			
BTG Bermuda LP Holdco Ltd.	Bermuda	100,00	100,00
Indiretas			
PPLA Investments LP.	Bermuda	28,02	29,28

Abaixo está demonstrada a participação acionária detida pela PPLA Investments em suas investidas e fundos de investimento:

	País	Participação acionária - %	
		31/12/2017	31/12/2016
Subsidiárias			
BTG Loanco LLC	EUA	100,00	100,00
BTG Pactual Stigma LLC	EUA	100,00	100,00
BTG Pactual Reinsurance Holdings LP	Bermuda	100,00	100,00
BTG Equity Investments LLC	EUA	100,00	100,00
Preserve Insurance Co. Ltd	Reino Unido	100,00	100,00
Hárpia Omega Participações S.A.	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual Servicios S.A. de C.V.	México	100,00	100,00
BTG Pactual Swiss Services S.A.	Suíça	-	100,00
Aigues de Catalunya Ltd.	Reino Unido	-	98,00
BTG Pactual Iberian Concessions Ltd.	Reino Unido	-	100,00
BTG Pactual Prop Feeder (1) S.a.r.l.	Luxemburgo	100,00	100,00
BTG Pactual Investimentos Florestais S.A.	Brasil	63,32	85,86
BRPEC Agro Pecuária S.A.	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual Proprietary Feeder (1) Limited	Cayman	100,00	100,00
A.Z.A.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	70,00	70,00
Timber XI SPE S.A. (i)	Brasil	16,89	22,90
Timber IX Participações S.A. (i)	Brasil	16,89	22,90
São Lourenço Empreendimentos Florestais Ltda. (i)	Brasil	16,51	22,38
Fazenda Corisco Participações S.A. (i)	Brasil	16,51	22,38
BTG Pactual Santa Terezinha Holding S.A. (i)	Brasil	15,89	21,55
SCFlor Empreendimentos Agrícolas Ltda.	Brasil	15,89	22,38
Fazenda Santa Terezinha Participações S.A. (i)	Brasil	15,89	21,55
BTGI Quartzo Participações S.A	Brasil	100,00	100,00
BTGI Safira Participações S.A	Brasil	100,00	100,00
Fundos de investimento			
Beira Rio Fundo de Investimento em Participações	Brasil	100,00	100,00
Bravo Fundo de Investimento em Participação	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual Brazil Investment Fund I LP	Cayman	100,00	100,00
BTG Pactual Absolute Return II Master Fund LP	Cayman	100,00	100,00
Turquesa Fundo de Investimento em Participação	Brasil	100,00	100,00
FII - FII Estoque Residencial Vitacon	Brasil	100,00	100,00

(i) O capital da investida é dividido em ações ordinárias e preferenciais. A Companhia possui a maior parte das ações ordinárias e dos direitos de voto.

Conforme descrito na Nota 1, a Companhia, a partir de 29 de dezembro de 2010, tornou-se a sócia gestora da PPLA Investments e tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais da mesma, através da sua participação.

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Conforme mencionado na Nota 1, devido às recompras de ações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia passou a deter 28,02% de participação econômica na PPLA Investments (31 de dezembro de 2016 – 29,28%).

4. Gestão de riscos

A gestão de riscos da Companhia envolve diferentes níveis de nossa equipe de gerenciamento e engloba uma série de políticas e estratégias. A estrutura dos nossos comitês/áreas permite a participação de toda a organização e garante que as decisões sejam fácil e eficazmente implementadas.

Os principais comitês/áreas envolvidas em atividades de gestão de risco são: (i) Comitê Operacional, que aprova as políticas, define limites globais e é o último responsável pela gestão dos riscos; (ii) Comitê de Novos Produtos, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos; (iii) Área de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso *Chief Risk Officer* (“CRO”); (iv) área de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (VaR), e para a aprovação de exceções; (v) área de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente às políticas internas estabelecidas e limites regulatórios; (vi) Comitê de Compliance, que é responsável por estabelecer regras de *Anti Money Laundry* (“AML”) e relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (vii) *Chief Financial Officer* (“CFO”), que é responsável por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital; (viii) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e avaliação quanto à manutenção dos registros contábeis.

A Companhia monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, compliance, impostos e legal. Adicionalmente, comitês são responsáveis pelo monitoramento da exposição ao risco e pelo acompanhamento do processo de gerenciamento de risco, conforme descrito a seguir. O envolvimento dos comitês/áreas (incluindo suas subcomissões) com a gestão e o controle contínuo dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. Os comitês da Companhia são compostos de membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio.

a. Risco de mercado

Value at Risk (VaR) é uma medida da perda potencial nos instrumentos financeiros devido a movimentos adversos do mercado em um horizonte de tempo definido com um nível de confiança especificado. Junto com testes de estresse, o VaR é utilizado para medir a exposição de nossos instrumentos financeiros para o risco de mercado. Adicionalmente, é usada simulação histórica com total re-mensuração dos instrumentos para o cálculo do VaR, preservando as distribuições reais e correlação entre os ativos, não fazendo uso de aproximações (*Greek approximations*) e distribuições normais. O VaR pode ser medido e indicado de acordo com diferentes exercícios, dados históricos e níveis de confiança. A precisão da metodologia de risco de mercado é testada através de testes (*back-testing*) diários que comparam a aderência entre as estimativas de VaR e os ganhos e perdas realizados.

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

O VaR apresentado abaixo foi calculado para o exercício de um dia, nível de confiança de 95,0% e um ano de dado histórico. Nível de confiança de 95,0% significa que existe uma possibilidade de um em vinte ocorrências de que as receitas líquidas de negociação serão abaixo do VaR estimado. Dessa forma, déficits nas receitas líquidas de negociação em um único dia de negociação maior do que o VaR apresentados são esperados e previstos de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês. Deficiências em um único dia podem exceder o VaR apresentado por montantes significantes; e também podem ocorrer com mais frequência ou acumular ao longo de um exercício maior, como um número de dias consecutivos de negociação. Dada a sua dependência dos dados históricos, a precisão do VaR é limitada em sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado não podem produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Diferentes metodologias de VaR e estimativas de distribuição estatística podem produzir VaR substancialmente diferente. Além disso, o VaR calculado para um exercício de um dia não captura o risco de mercado das posições que não podem ser liquidadas ou compensadas com hedges no prazo de um dia. Como foi referido anteriormente, são utilizados modelos nos testes de estresse como um complemento do VaR em atividades diárias de risco.

A tabela a seguir contém a média diária do VaR para os exercícios findos em:

	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>
Em milhões de R\$			
Média diária do VaR	0,3	0,7	7,8

A Companhia avaliou e continuará avaliando e medindo o desempenho de substancialmente todo seu portfólio de investimento a valor justo e, portanto, não houve mudança significativa na estrutura de gerenciamento de risco.

Adicionalmente, não foi possível apresentar informações de risco de mercado relacionadas aos Investimentos em Mercados Globais do seu portfólio de investimento. Dessa forma, a administração da Companhia utiliza o VaR fornecido pelo Banco BTG Pactual.

b. Risco de crédito

A tabela abaixo demonstra as exposições máximas dos ativos da entidade segregados por região geográfica:

	<u>31/12/2017</u>			
	<u>Brasil</u>	<u>Estados Unidos</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Ativos				
Portfólio de entidade de investimento				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	65.297	-	-	65.297
Ativos financeiros ao valor justo no resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	-	211.632	211.632
Portfólio de entidade de investimento (i)	1.309.456	-	46.228	1.355.684
Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	83.894	979	(12.654)	72.219
Empréstimos e recebíveis	20.733	-	427.349	448.082
Outros ativos	2.332	-	-	2.332
Passivos (ii)	-	-	(1.995.548)	(1.995.548)
Total	<u>1.693.344</u>	<u>979</u>	<u>(1.534.625)</u>	<u>159.698</u>

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	31/12/2016			
	Brasil	Estados Unidos	Outros	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	107	-	-	107
Portfólio de entidade de investimento				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2.269	-	-	2.269
Ativos financeiros ao valor justo no resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	-	504.514	504.514
Portfólio de entidade de investimento (i)	1.798.867	-	193.865	1.992.732
Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	66.380	1.922	(17.875)	50.427
Empréstimos e recebíveis	18.766	626.980	485	646.231
Outros ativos	2.643	-	-	2.643
Passivos (ii)	-	-	(2.476.289)	(2.476.289)
Total	1.889.032	628.902	(1.795.300)	722.634

(i) A parcela de R\$46.228 (2016 – R\$193.865) alocada ao grupo de Outros corresponde basicamente ao ARF II, fundo de investimento sediado nas Ilhas Cayman com estratégia de investimento em mercado globais, conforme descrito na Nota 5bii.

(ii) Inclui passivos financeiros contratados pela PPLA Investments (PPLA Participations não é contraparte desses contratos).

A tabela a seguir demonstra a máxima exposição ao risco de crédito do portfólio da entidade de investimento, categorizados por atividade econômica das contrapartes:

	31/12/2017				
	Instituições privadas	Empresas	Pessoa física	Outros	Total
Ativos					
Portifólio de entidade de investimento					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	65.297	-	-	-	65.297
Ativos financeiros ao valor justo no resultado					
Títulos e valores mobiliários	211.632	-	-	-	211.632
Portfólio de entidade de investimento	1.349.761	429.801	-	(423.878)	1.355.684
Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	84.873	-	(12.654)	72.219
Empréstimos e recebíveis	-	21.210	426.872	-	448.082
Outros ativos	-	-	-	2.332	2.332
Passivos (i)	-	-	-	(1.995.548)	(1.995.548)
Total	1.626.690	535.884	426.872	(2.429.748)	159.698

	31/12/2016				
	Instituições privadas	Empresas	Pessoa física	Outros	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	107	-	-	-	107
Portifólio de entidade de investimento					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2.269	-	-	-	2.269
Ativos financeiros ao valor justo no resultado					
Títulos e valores mobiliários	504.514	-	-	-	504.514
Portfólio de entidade de investimento	2.198.778	642.276	-	(343.808)	2.497.246
Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	68.302	-	(17.875)	50.427
Empréstimos e recebíveis	-	19.250	626.981	-	646.231
Outros ativos	-	-	-	2.643	2.643
Passivos (i)	-	-	-	(2.476.289)	(2.476.289)
Total	2.201.154	729.828	626.981	(2.835.329)	722.634

(i) Inclui passivos financeiros contratados pela PPLA Investments (PPLA Participations não é contraparte desses contratos).

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

c. Análise e risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía saldo de disponibilidades, que não tem vencimento, e não possui passivo (31 de dezembro 2016 - R\$107).

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não há vencimento definido para os fluxos de caixa não descontados para o portfólio de entidades de investimento da Companhia. A tabela abaixo resume a posição de liquidez do seu portfólio de investimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	31/12/2017				Total
	Até 90 dias / Sem Vencimento	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Ativos					
Portfólio de entidade de investimento					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	65.297	-	-	-	65.297
Ativos financeiros ao valor justo no resultado					
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	211.632	211.632
Portfólio de entidade de investimento	1.138.135	-	-	217.549	1.355.684
Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	72.219	72.219
Empréstimos e recebíveis	1.880	-	3.316	442.886	448.082
Outros ativos	-	2.332	-	-	2.332
Passivos (i)	(1.471.494)	(331.408)	(192.646)	-	(1.995.548)
Total	(266.182)	(329.076)	(189.330)	944.286	159.698

	31/12/2016				Total
	Até 90 dias / Sem Vencimento	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Ativos					
Portfólio de entidade de investimento					
Caixa e equivalentes de caixa	107	-	-	-	107
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2.269	-	-	-	2.269
Ativos financeiros ao valor justo no resultado					
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	504.514	504.514
Portfólio de entidade de investimento	1.189.695	-	-	803.037	1.992.732
Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	50.427	50.427
Empréstimos e recebíveis	-	14.335	1.272	630.624	646.231
Outros ativos	-	2.643	-	-	2.643
Passivos (i)	(1.420.826)	(360.440)	(490.679)	(204.344)	(2.476.289)
Total	(228.755)	(343.462)	(489.407)	1.784.258	722.634

(i) Inclui passivos financeiros contratados pela PPLA Investments (PPLA Participations não é contraparte desses contratos).

5. Portfólio de entidade de investimento

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são representados pela participação na BTG Holdco, uma *holding*, no montante de

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

R\$159.698 (31 de dezembro 2016 - R\$722.527). Abaixo estão apresentadas informações relevantes dos Instrumentos financeiros ao valor justo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, por meio de investimento na PPLA Investments (através da BTG Holdco).

Em 1 de janeiro de 2016, a PPLA Investments adotou antecipadamente o IFRS 9, com efeitos prospectivos. Desse modo, as informações abaixo incluem os efeitos da adoção antecipada, conforme descritos nas próprias demonstrações contábeis da PPLA Investments.

Abaixo estão apresentadas informações relevantes do portfólio de investimento da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017 (1)</u>	<u>31/12/2016 (1)</u>
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	233.045	7.747
Ativos financeiros ao valor justo no resultado			
Títulos e valores mobiliários	(b)	755.288	1.723.067
Portfólio de entidade de investimento	(c)	4.838.449	6.804.846
Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(d)	257.749	172.204
Empréstimos e recebíveis	(e)	1.599.203	2.206.832
Outros ativos		8.322	9.024
Total		<u>7.692.056</u>	<u>10.923.720</u>
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos		1.469	3.658
Passivos financeiros ao custo amortizado	(f)	7.051.230	8.401.685
Outros passivos		10.510	61.128
Total		<u>7.063.209</u>	<u>8.466.471</u>
Patrimônio líquido		<u>628.847</u>	<u>2.457.249</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>7.692.056</u>	<u>10.923.720</u>
Reconciliação dos ativos do portfólio de investimento			
Patrimônio líquido da PPLA Investments		628.847	2.457.249
Participação PPLA Participations (via BTG Holdco)		28,02%	29,28%
Subtotal		<u>176.197</u>	<u>719.561</u>
Ajuste de valor justo (2)		(16.499)	2.966
Total		<u>159.698</u>	<u>722.527</u>

(1) Conforme reportado pela PPLA Investments na data base de 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(2) PPLA Investments mensura certos ativos e passivos ao custo amortizado em suas demonstrações contábeis, de modo que o ajuste a valor justo é requerido quando da adoção da norma de entidades de investimento.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica é composta exclusivamente por depósitos bancários com liquidez imediata.

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

(b) Títulos e valores mobiliários

I. Títulos corporativos

Esta rubrica é composta basicamente por títulos corporativos negociados em mercado, emitidos pelo Banco BTG Pactual S.A - Agência Luxemburgo, com vencimento em 29 de dezembro de 2049 e pela Banco BTG Pactual S.A - Agência Cayman, com vencimento em 28 de setembro de 2022.

II. Time deposits

Esta rubrica é composta basicamente por depósitos interbancários no mercado internacional, emitidos pelo Banco BTG Pactual S.A - Agência Cayman, com prazo fixo e inegociáveis até o vencimento em 19 de março de 2018.

(c) Portfólio de entidade de investimento

	Em 31 de dezembro de 2017		Em 31 de dezembro de 2016	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Investimentos em <i>Merchant Banking</i> (i)	2.977.727	1.533.957	2.410.673	2.441.664
Fundos de Investimentos em Participações ("FIP")	300.507	79.483	300.507	331.498
Subsidiárias, coligadas e controladas em conjunto	2.677.220	1.454.474	2.110.166	2.110.166
Investimentos em mercados globais (ii)	164.987	164.987	609.784	609.784
Empréstimos (1)	4.652.319	4.652.319	5.175.817	5.175.817
Outros (2)	(1.512.814)	(1.512.814)	(1.422.419)	(1.422.419)
Total	6.282.219	4.838.449	6.773.855	6.804.846

(1) Refere-se a empréstimos concedidos pela BTG Pactual Proprietary Feeder (1) Limited à PPLA Investments. O montante está refletido como passivo financeiro ao custo amortizado na Nota 5e.

(2) Inclui passivos financeiros contratados pelas subsidiárias da PPLA Investments (PPLA Participations não é contraparte desses contratos).

(i) Investimento em *Merchant Banking*

Investimentos em *Merchant Banking* consistem em investimentos, realizados diretamente ou através de veículos de investimento (incluindo fundos que também são investidos por terceiros), em um grupo diversificado de carteiras de empresas localizadas principalmente no Brasil. Investimentos de *Merchant Banking* geralmente são estruturados por meio de transações negociadas de forma privada com objetivo de desinvestimento num exercício de quatro a dez anos.

Em decorrência da adoção antecipada do IFRS 9, parte dos investimentos em *Merchant Banking* do portfólio de entidade de investimento foi reclassificada para investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme apresentado na nota 6c.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os investimentos em *Merchant Banking* da PPLA Investments correspondem à investimentos em *private equity* e *real estate*, por meio de FIPs ou outros veículos de investimento, conforme apresentado abaixo:

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Investimentos em <i>Merchant Banking</i>	Descrição/Segmento de atuação	31/12/2017		31/12/2016	
		(%) (1)	Valor Justo	(%) (1)	Valor Justo
Por meio de FIP:					
B&A Mineração S.A. (2)	Desenvolvimento e operações de ativos minerários	88,1%	-	87,8%	165.892
BrPec Agropecuária S.A.	Agropecuária	100,0%	79.483	100,0%	165.606
Por meio de subsidiárias, coligadas e controladas em conjunto:					
Timber XI SPE S.A.	Ativos florestais	16,9%	12.172	22,9%	8.042
Timber IX Participações S.A.	Ativos florestais	16,9%	69.587	22,9%	55.721
BTG Pactual Santa Terezinha Holding S.A.	Ativos florestais	15,9%	14.851	21,6%	30.363
Fazenda Corisco Participações S.A.	Ativos florestais	16,9%	20.614	23,0%	26.514
Brasil Pharma S.A. (3)	Farmacêutica, varejo	-	-	94,5%	403.912
Empréstimos - investimentos em <i>Merchant Banking</i> (4)	Outros		1.337.250		1.585.614
Total			1.533.957		2.441.664

- (1) A participação acionária apresentada acima refere-se a participação indireta na Companhia.
- (2) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a PPLA Investments avaliou a zero seu investimento na B&A Mineração S.A., registrando uma perda de aproximadamente R\$ 125.298.
- (3) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a PPLA Investments avaliou a zero seu investimento na BR Pharma, registrando uma perda de aproximadamente R\$ 404.000. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a PPLA Investments, por meio de sua subsidiária BTG Pactual Prop Feeder (1) S.a.r.l., realizou um aporte de capital de aproximadamente R\$400.000 à Brasil Pharma S.A. Os recursos foram utilizados para liquidar a posição apresentada anteriormente como “Empréstimos – Investimentos de Merchant Banking”.
- (4) Dentre outras, inclui empréstimos subsequentes à aquisição de parte do passivo da Leader aproximadamente no montante de R\$1.254.000, conforme descrito na Nota 1, e empréstimos concedidos à BR Pharma, Bravante e B&A no montante de aproximadamente R\$824.000, 338.000 e 90.000, respectivamente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, inclui os saldos de impairment no valor de R\$718.000 e R\$584.000 referentes às dívidas da BR Pharma e Leader, respectivamente.

(ii) Investimentos em mercados globais

Um *hedge fund* é um fundo de investimento que normalmente possui uma maior gama de investimentos e negociação de ativos do que outros fundos, mas que está aberto apenas para o investimento de determinados tipos de investidores especificados pelos reguladores. Estes fundos tem carteiras híbridas compostas por uma mistura de renda fixa, ações, moedas, câmbio, derivativos, *commodities*, hipotecas e taxas de juros. Estes fundos geralmente empregam uma ampla variedade de estratégias de investimento, e fazem uso de técnicas tais como vendas a descoberto e alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a PPLA Investments possuía investimento no BTG Pactual Absolute Return II Master Fund LP (“ARF II”) no valor de R\$164.987 (2016: R\$609.784).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Valor Líquido dos Ativos (“NAV”) dos investimentos em mercados globais apresentado acima, corresponde ao seu valor justo, que é equivalente, ao valor de custo na mesma data.

(d) Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Em decorrência da adoção antecipada do IFRS 9, a PPLA Investments passou a apresentar parte do seu portfólio de entidade de investimento como investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito abaixo:

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Em 31 de dezembro de 2017		Em 31 de dezembro de 2016	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Investimentos em <i>Merchant Banking</i> - FIP (i)	230.864	302.911	240.555	233.247
Outros (1)	(45.162)	(45.162)	(61.043)	(61.043)
Total	185.702	257.749	179.512	172.204

(1) Inclui valores a pagar à título de taxa de administração ou empréstimos.

(i) Investimento em *Merchant Banking* - FIP

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os investimentos em *Merchant Banking* da PPLA Investments correspondem à investimentos em *private equity* e *real estate*, por meio de FIP, conforme apresentado abaixo:

Investimentos em <i>Merchant Banking</i>	Descrição/Segmento de atuação	31/12/2017		31/12/2016	
		(%) (1)	Valor Justo	(%) (1)	Valor Justo
UOL Universo on Line S.A.	Provedor de serviços e internet	2,3%	162.690	2,3%	99.322
Estre Participações S.A.	Coleta de lixo, tratamento e descarte	17,8%	88.402	9,6%	30.581
Auto Adesivos Paraná S.A.	Empresa de adesivos, etiquetas e papel especial	30,1%	29.231	30,1%	27.810
AIbodytech Participações S.A.	Segmento de academias	10,4%	18.169	10,6%	54.529
Brasil Brokers Participações S.A.	Investimento em empresas de imóveis	0,6%	925	4,5%	13.642
Deep Sea Group	Transporte marítimo, serviços logísticos para o setor de óleo e gás	0,4%	3.494	14,7%	6.563
Brasil Pharma S.A.	Farmacêutica, varejo	0,2%	-	0,2%	800
Total			302.911		233.247

(1) A participação acionária apresentada acima refere-se à participação indireta na Companhia.

(e) Empréstimos e recebíveis

	31/12/2017	31/12/2016
Sócios (i)	1.523.503	2.119.612
Outros	75.700	87.220
Total	1.599.203	2.206.832

(i) Os empréstimos estão indexados a CDI ou a Libor e os prazos são normalmente superiores a um ano. Os empréstimos para sócios são concedidos junto com a aquisição de ações do Grupo BTG Pactual. São considerados partes relacionadas apenas sócios atuando como Diretores Executivos e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não eram contrapartes desses empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor justo atribuído aos Empréstimos e recebíveis é similar ao seu custo amortizado.

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

(f) Passivos financeiros ao custo amortizado

			31/12/2017	
	Vencimento	Indexador	Custo	Valor Justo
Empréstimos obtidos no exterior	Março-18 a agosto-20	Libor e 1,15% a 5,3% a.a.	5.328.498	5.386.984
<i>Medium term notes</i>	Janeiro-18 a junho-19	0,8%a.a. até 100% CDI	1.722.732	1.723.130
Total			7.051.230	7.110.114

			31/12/2016	
	Vencimento	Indexador	Custo	Valor Justo
Empréstimos obtidos no exterior	Fevereiro-17 a agosto-20	Libor e 1,15% a 5,3% a.a.	5.959.040	6.044.445
<i>Medium term notes</i>	Janeiro-17 a junho-19	0,8%a.a. até 100% CDI	2.442.645	2.367.369
Total			8.401.685	8.411.814

Parte dos empréstimos e *medium term notes* são garantidos pela BTG Pactual Holding S.A., controladora do Banco BTG Pactual.

(g) Hierarquia de valor justo

(i) Portfólio de entidade de investimento

PPLA Participations classifica seu portfólio de investimento como nível 3. Porém, os ativos e passivos subjacentes do portfólio tem classificações diferentes, conforme descrito abaixo:

					31/12/2017			
					Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Portfólio de entidades de investimento								
Investimentos em <i>Merchant Banking</i>								
	Fundos de Investimentos em Participações	-	-	79.483	-	-	79.483	79.483
	Subsidiárias, coligadas e controladas em conjunto	-	1.337.250	117.224	-	-	1.454.474	1.454.474
	Investimentos em mercados globais	-	164.987	-	-	-	164.987	164.987
	Empréstimos	-	4.652.319	-	-	-	4.652.319	4.652.319
	Outros	-	(1.512.814)	-	-	-	(1.512.814)	(1.512.814)
	Total	-	4.641.742	196.707	-	-	4.838.449	4.838.449

					31/12/2016			
					Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Portfólio de entidades de investimento								
Investimentos em <i>Merchant Banking</i>								
	Fundos de Investimentos em Participações	-	-	331.498	-	-	331.498	331.498
	Subsidiárias, coligadas e controladas em conjunto	-	1.585.614	524.552	-	-	2.110.166	2.110.166
	Investimentos em mercados globais	-	609.784	-	-	-	609.784	609.784
	Empréstimos	-	5.175.817	-	-	-	5.175.817	5.175.817
	Outros	-	(1.422.419)	-	-	-	(1.422.419)	(1.422.419)
	Total	-	5.948.796	856.050	-	-	6.804.846	6.804.846

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Segue abaixo a movimentação do nível 3, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	Investimentos em <i>Merchant Banking</i>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.229.469
Aquisições e reclassificações	245.711
Vendas	(306.754)
Perdas no valor justo do portfólio de investimentos	(312.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	856.050
Aquisições	530
Perdas no valor justo do portfólio de investimentos	(659.873)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	196.707

(ii) Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O resumo dos ativos e passivos classificados conforme a hierarquia de seu valor justo é apresentado conforme segue:

	31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Investimentos em <i>Merchant Banking</i> - FIP	4.419	-	298.492	302.911
Outros	-	(45.162)	-	(45.162)
Total	4.419	(45.162)	298.492	257.749

	31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Investimentos em <i>Merchant Banking</i> - FIP	20.205	-	213.042	233.247
Outros	-	(61.043)	-	(61.043)
Total	20.205	(61.043)	213.042	172.204

Segue abaixo a movimentação do nível 3, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	Investimentos em <i>Merchant Banking</i>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	486.705
Aquisições e reclassificações (i)	(41.514)
Venda / Perdas no valor justo do portfólio de investimentos	(232.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	213.042
Perdas no valor justo do portfólio de investimentos	85.450
Saldos em 31 de dezembro de 2017	298.492

(i) Conforme descrita na Nota 5g, seção vii.

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

(iii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis estão apresentados ao valor justo na PPLA Participations usando um modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. Desse modo, eles se encontram no nível 2 de valor justo.

(iv) Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado estão apresentados ao valor justo na PPLA Participations usando um modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. Desse modo, eles se encontram no nível 2 de valor justo.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos estão apresentados ao valor justo na PPLA Participations usando modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Desse modo, eles foram classificados como uma nova aquisição do nível 3 de valor justo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(vi) Resumo das técnicas

O resumo das técnicas de valor justo e seus dados não observáveis significativos usados na mensuração de instrumentos nível 3 encontra-se descrito abaixo:

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Investimentos em Merchant Banking / Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo - 31/12/17	Valor justo - 31/12/16	Técnica de valor justo	Dados não observáveis significativos	Impactos dos dados não observáveis no valor justo
Fundos de Investimentos em Participações	298.492	213.042	Fluxo de caixa descontado	· Fluxos de caixa futuros	· Aumento (redução) nos fluxos de caixa futuros aumenta (reduz) o valor justo
				· Taxa de desconto	· Aumento (redução) nas taxas de desconto aumenta (reduz) o valor justo
			Múltiplos de mercado	· Fluxos de caixa futuros	· Aumento (redução) nos fluxos de caixa futuros aumenta (reduz) o valor justo
				· Comparação com pares	· Aumento (redução) nos múltiplos de ativos individuais no grupo de pares podem distorcer as médias e aumentar (reduzir) o valor justo
			Múltiplos de transações	· Fluxos de caixa futuros	· Aumento (redução) nos fluxos de caixa futuros aumenta (reduz) o valor justo
				· Comparação com pares	· Aumento (redução) nos múltiplos de ativos individuais no grupo de pares podem distorcer as médias e aumentar (reduzir) o valor justo
			Valor dos ativos líquidos	· Valor dos ativos	· Aumento (redução) no valor de liquidação para ativos individuais aumenta (reduz) o valor justo
Valor de cotação ajustado	· Ajuste de liquidez	· Aumento (redução) no desconto para falta de liquidez para ativos individuais aumenta (reduz) o valor justo			

(vii) Reclassificação entre níveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Brasil Pharma S.A. foi reclassificada do nível 1 para o nível 3 na hierarquia de valor justo. O investimento passou a ser avaliado pelo valor apurado no aumento de capital realizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e não mais por meio de dados observáveis no mercado.

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Deep Sea Group foi reclassificada do nível 3 para o nível 1 na hierarquia de valor justo. O investimento passou a ser avaliado pelo preço das ações da Deep Sea Supply Plc. empresa listada na bolsa da Noruega.

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve reclassificação entre níveis e hierarquia de valor justo.

6. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em Reunião Geral de Sócios, realizada em 05 de outubro de 2016, foi aprovada a conversão de 17.722.662 ações classe D da PPLA Investments em 5.907.554 ações classe A e 11.815.108 ações classe B da PPLA Participations, gerando um aumento de capital de R\$15.940. No entanto, 5.907.554 ações de classe D da PPLA Participations foram canceladas. Após as conversões, PPLA Participations, através da BTG Holdco, subscreveu a 17.722.662 ações de classe C emitidas pela PPLA Investments.

Em reunião da diretoria realizada em 29 de setembro de 2016, foi aprovada a emissão de 46.200.273 ações Classe A e 92.400.546 ações Classe B, totalizando R\$124.434 e integralmente subscritas pelo Banco BTG Pactual S.A. A emissão de novas ações é uma consequência do processo de segregação das atividades de trading de commodities do Banco conforme descrito na Nota 1.

Em Reunião Geral de Sócios realizada em 01 de junho de 2016, foi aprovada a conversão de 45.873.921 ações classe D da PPLA Investments em 15.291.307 ações classe A e 30.582.614 ações classe B da PPLA Participations, gerando um aumento de capital de R\$35.548. No entanto, 15.291.307 ações de classe D da PPLA Participations foram canceladas. Após as conversões, PPLA Participations, através da BTG Holdco, subscreveu a 45.873.921 ações de classe C emitidas pela PPLA Investments.

Em agosto de 2017, foi ratificado o desdobramento das ações Classe A e das ações Classe B de emissão da Companhia, conforme aprovado pela Assembléia Geral da Companhia, realizada em 4 de agosto de 2017 (a "Assembléia de Acionistas").

A partir do pregão de 8 de setembro de 2017, as *units* da Companhia passaram a ser listadas e negociadas grupadas, assim como os BDRs com lastro em ações de emissão da Companhia passaram a ser listados grupados, na razão de 9 (nove) ações para 1 (uma) ação.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital era composto pelas seguintes classes de ações:

	31/12/2017				
	<u>Autorizadas</u>	<u>Emitidas</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Direito a voto</u>	<u>Voto por ação</u>
Classe A (i)	5.000.000.000	28.146.637	-	Sim	1
Classe B (i)	10.000.000.000	56.293.346	-	Não	-
Classe C	1	1	10	Sim	(*)
Classe D	1.000.000.000	-	0,0000000001	Sim	1
Total	<u>16.000.000.001</u>	<u>84.440.019</u>			

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	31/12/2016				
	<u>Autorizadas</u>	<u>Emitidas</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Direito a voto</u>	<u>Voto por ação</u>
Classe A (i)	5.000.000.000	269.481.035	-	Sim	1
Classe B (i)	10.000.000.000	538.962.070	-	Não	-
Classe C	1	1	10	Sim	(*)
Classe D	1.000.000.000	-	0,0000000001	Sim	1
Total	<u>16.000.000.001</u>	<u>808.443.106</u>			

(*) O detentor da Classe C detém o poder de voto equivalente a dez vezes a quantidade agregada das ações Classe A e D, emitidas e subscritas, em qualquer momento.

(i) Apenas os detentores das ações classe A e B possuem direitos econômicos.

b. Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Grupo efetuou a recompra e cancelamento de *units*, de acordo com o programa aprovado no valor de R\$70.834, equivalente a 5.896.900 *units*.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo efetuou recompra de *units* no valor de R\$30.373 equivalente a 16.160.980 *units* e cancelamento no valor de R\$44.379 equivalente a 15.846.080 *units*.

c. Dividendos

A Companhia não pagou dividendos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

7. Resultado por ação

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro / (prejuízo) atribuído aos controladores	(532.058)	108.344
Média ponderada por lote de mil ações em aberto no exercício (i)	411.113	698.853
Lucro / (prejuízo) por ação - Básico (em Reais)	<u>(1,29)</u>	<u>0,16</u>

(i) Ações classe A e B.

8. Ganho / (perda) com portfólio de investimento mensurado ao valor justo

Segue abaixo a composição da rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Portfólio de entidade de investimento ganho / (perda)	(514.485)	266.533
Ajuste líquido de valor justo dos empréstimos concedidos e contratados pela PPLA Investments	(17.467)	(158.246)
Total	<u>(531.952)</u>	<u>108.287</u>

PPLA Participations Ltd.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

9. Outras receitas / (despesas) operacionais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Outras receitas / (despesas) operacionais (i)	-	239
Total	<u>-</u>	<u>239</u>

(i) Refere-se principalmente à variação cambial sobre transações monetárias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

10. Despesas administrativas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Honorários de profissionais	(105)	(182)
Total	<u>(105)</u>	<u>(182)</u>

11. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017, a PPLA Participations não apresentou saldo de operações com partes relacionadas (31 de dezembro 2016 - R\$107). Os saldos das operações com partes relacionadas são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado.

Não houve remuneração para o pessoal chave da administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.